



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
IDANHA-A-NOVA**

Relatório de Gestão
Exercício de 2022

Relatório de Gestão



1. A MISERICÓRDIA

A **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA** é uma Instituição sem fins lucrativos, reconhecida, na Direção Geral de Segurança Social sob o nº 45 fls. 132 e 132 verso, com sede na Rua Dr. Aprígio Melo Leão de Meireles, s/n – 6060-101 Idanha-a-Nova, com o NIF: 501 385 169.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio à Terceira Idade, Infância e Juventude
- Saúde
- Resolução dos problemas habitacionais
- Atividades Turísticas
- Atividades Agrícolas

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, também abreviadamente denominada Misericórdia de Idanha-a-Nova, instituída no ano de 1530, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Em conformidade com a sua ereção canónica, a Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova encontra-se sujeita ao regime especial decorrente do Compromisso celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Conferência Episcopal Portuguesa, assinado em 2 de maio de 2021 ou de documento bilateral que o substitua, o qual consubstancia o Decreto-Geral Interpretativo da Conferência Episcopal Portuguesa, da mesma data.

A Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova tem, também, reconhecida a personalidade jurídica civil, com estatuto de Misericórdia Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

2. MEIO ECONÓMICO ENVOLVENTE

A previsão de crescimento da economia portuguesa para o ano de 2022 é de 6,7%. Crescimento inusual no horizonte e só explicado por o antecedente ter sido miserável e pandémico.

Os motores deste crescimento funcionaram durante o primeiro trimestre do ano e logo de seguida estabilizaram: são o setor do turismo, que retomou de uma interrupção forçada e o consumo privado, a gastar poupanças forçadas de dois anos. A inflação e o aumento das taxas de juro produziram efeitos sobre o rendimento disponível real.

O mercado de trabalho apresentou dinamismo e o emprego (com destaque para o emprego por conta de outrem), aumenta 2,3%. As horas trabalhadas crescem 5,1% face ao ano anterior. A taxa de desemprego diminui para 5,8% e permanece relativamente estável, refletindo uma escassez de oferta de trabalho, especialmente de pessoal qualificado de que as empresas que operam no setor dos serviços se queixam. O número de empregos criados pela primeira vez e vagos aumenta em cada trimestre.

Os salários no setor privado crescem 5,4% (4,8% em 2021), e refletem uma queda em termos reais no ano, mas mantendo ganhos reais face a 2019. Só o salário mínimo aumenta 6% logo no início do ano. O investimento cresce ligeiramente face à incerteza do enquadramento internacional e ao aumento do preço do financiamento.

A inflação aumenta para 7,8% e é gerada pela procura e aumento do consumo e pela oferta com stocks diminutos. A invasão e guerra promovida pela Rússia na Ucrânia produz efeitos diretos na inflação e fornecimento de diversas fontes de energia e bens alimentares.

O Plano de Recuperação e Resiliência não cumpriu o seu papel de dinamização da economia, num misto de inoperância das estruturas responsáveis pela sua implementação e de um protelamento face ao momento inflacionista.

O fenómeno da inflação apanhou de surpresa as economias avançadas que dela estavam afastadas desde a década de 1980. Inicialmente estimada como passageira, o aumento da procura global e a guerra na Ucrânia tornaram-na duradoura e obrigaram os bancos centrais a alterar a política monetária, designadamente através do aumento das taxas de juro diretoras do BCE e da inversão da política monetária acomodatória.

Reflexo disso é o aumento da taxa de referência Euribor nos diversos prazos, que vem penalizar o rendimento disponível das famílias e os custos financeiros das empresas. As projeções do BCE apontam para uma inflação superior a 9% na área do euro.

A rutura no fornecimento do gás por parte da Rússia provoca records no seu preço, gerando constrangimentos na indústria produtiva e nas famílias. Também o petróleo atinge valores extremos pelo seu custo na origem e pela valorização do dólar face ao euro.

Os diversos governos europeus incluindo o de Portugal, anunciaram diversos pacotes de apoio com o objetivo de atenuar os constrangimentos desta tempestade perfeita. A variação das taxas de juro provoca um aumento do serviço da dívida em 2022, interrompendo a trajetória descendente desde 2012.

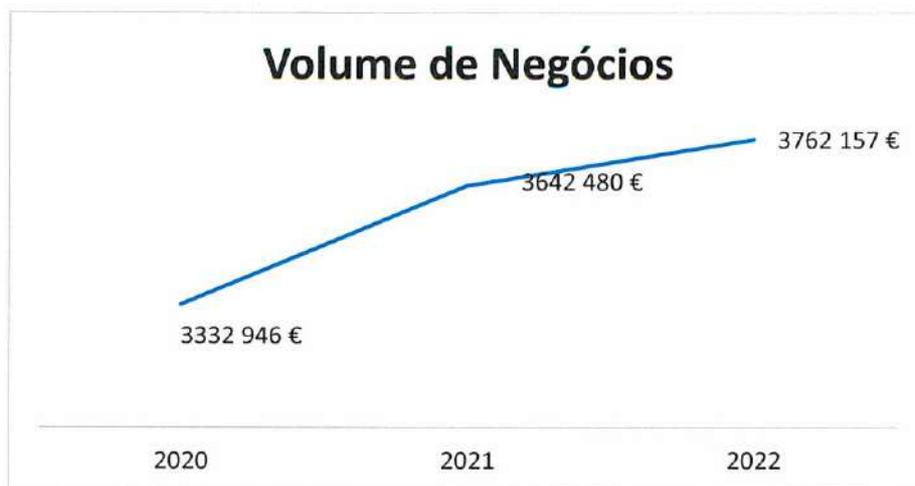
Prevê-se que o consumo público cresça 2% em 2022, sendo que o registo de 2021 foi de 4,6%, evolução esta explicada em grande parte pelo abrandamento das despesas com saúde e o combate à pandemia. O crescimento das exportações de bens reduz-se em 2022 para 6% face a 10,8% no ano anterior.

3. ATIVIDADE E ANALISE ECONOMICA E FINANCEIRA

A Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, colocou a funcionar mais uma sala na valência de Creche para dar resposta às necessidades solicitadas.

VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios em 2022, é comparável com os resultados obtidos em 2021 e em 2020, tal como é demonstrado no quadro seguinte:



A faturação da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova aumentou principalmente devido ao aumento dos acordos de cooperação pagos pela Segurança Social, e à atualização dos preços verificados na Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2022 o desempenho económico e financeiro conduziu à apresentação de um resultado líquido positivo de 397.622,79 €. A diminuição do resultado líquido registado em 2022, deve-se principalmente ao aumento dos custos com o fornecimentos e serviços externos, nomeadamente a eletricidade e gás, com a alimentação e com os gastos com o pessoal.

RESULTADO OPERACIONAL

O resultado operacional da Misericórdia reflete a variação registada nos Outros Gastos e Amortizações e Depreciações do exercício. No quadro seguinte apresentamos a evolução dos resultados operacionais:

	2020	2021	2022	Variação (2022-2021)	
				€	%
Rendimentos Operacionais	4 785 445 €	5 235 209 €	5 404 274 €	169 065 €	3%
Prestação de Serviços	3 332 946 €	3 642 480 €	3 762 157 €	119 677 €	3%
Subsídios à Exploração	1 231 881 €	1 403 856 €	1 462 931 €	59 076 €	4%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	220 617 €	188 873 €	179 186 €	-9 687 €	-5%
Gastos operacionais	4 301 289 €	4 700 554 €	5 006 412 €	305 858 €	7%
Custo das matérias consumidas	317 754 €	364 663 €	414 006 €	49 342 €	14%
Fornecimentos e Serviços Externos	906 522 €	1 000 809 €	1 189 503 €	188 694 €	19%
Gastos com o Pessoal	2 699 588 €	2 935 231 €	3 002 679 €	67 447 €	2%
Amortizações e Depreciação do exercício	255 083 €	335 734 €	344 110 €	8 376 €	2%
Imparidades e Provisões	0 €	0 €	0 €	0 €	0%
Outros gastos e perdas operacionais	122 342 €	64 116 €	56 114 €	-8 003 €	-12%

Conforme é possível constatar pela evolução dos nossos rendimentos operacionais, estes registaram um acréscimo de 3% face ao ano anterior, e os gastos operacionais tiveram um acréscimo de 7% face ao ano anterior.



No que se refere aos rendimentos, apresenta-se no quadro seguinte, de forma mais desagregada, as principais rubricas.

Rendimentos Operacionais	2020	2021	2022	Variação (2022-2021)	
				€	%
Vol. Negócios	3 332 946 €	3 642 480 €	3 762 157 €	119 677 €	3,3%
Subsídio ao investimento	1 231 881 €	1 403 856 €	1 462 931 €	59 076 €	0,0%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	220 617 €	188 873 €	179 186 €	-9 687 €	-5,1%
Rendimentos Operacionais	4 785 445 €	5 235 209 €	5 404 274 €	169 065 €	3,2%

Os gastos operacionais atingiram o valor de 5.006.412€, sendo que as rubricas, com maior expressão, são apresentadas no quadro abaixo.

Gastos Operacionais	2020	2021	2022	Variação (2022-2021)	
				€	%
Custo das matérias consumidas	317 754	364 663	414 006	49 342	13,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	906 522	1 000 809	1 189 503	188 694	18,9%
Gastos com o Pessoal	2 699 588	2 935 231	3 002 679	67 447	2,3%
Imparidades	0	0	0	0	100,0%
Outros gastos e perdas operacionais	122 342	64 116	56 114	-8 003	-12,5%
Amortizações e Depreciação do exercício	255 083 €	335 734 €	344 110 €	8 376	2,5%
Gastos Operacionais	4 301 289	4 700 554	5 006 412	305 858	6,5%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, apresentados no quadro seguinte, são o resultado do saldo entre Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados. Os gastos financeiros têm a sua origem nos juros suportados devido ao empréstimo do Projeto Jéssica.

Resultados Financeiros	2020	2021	2022	Var. €	Var. %
Gastos Financeiros	286 €	636 €	252 €	-384 €	-60%
Rendimentos Financeiros	6 780 €	1 193 €	13 €	-1 181 €	-99%
Resultados Financeiros	6 494 €	558 €	-239 €	-797 €	-143%

FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos patrimoniais no final do exercício ascendem de 14.414.429 euros.



Os Fundos Patrimoniais continuam no sentido decrescente.

PRINCIPAIS INDICADORES

Nos quadros abaixo são apresentados os indicadores económico-financeiros sobre a evolução da atividade da Misericórdia, sintetizando os principais acontecimentos ocorridos no exercício.

Evolução de Estrutura Financeira	2020	2021	2022
Autonomia Financeira	99,98%	97,09%	93,77%
Solvabilidade	3107,67%	2940,98%	2016,24%
Rentabilidade do ativo	10,82%	11,64%	8,39%

Indicadores Económico-Financeiros	2020	2021	2022
Volume de Negócios	3 332 946 €	3 642 480 €	3 762 157 €
Cashflow	740 733 €	870 946 €	741 733 €
Resultado Líquido do Exercício	490 650 €	535 212 €	397 623 €
Ativo Líquido	4 534 847 €	4 599 162 €	4 737 150 €
Capital Próprio	14 597 050 €	14 656 821 €	14 414 429 €
Passivo Remunerado	42 039 €	20 749 €	619 120 €
Passivo Não Corrente	25 936 €	10 375 €	608 745 €
Passivo Corrente	472 430 €	704 541 €	809 831 €
EBITDA	913 045 €	734 239 €	870 388 €
Meios Libertos Brutos	913 045 €	734 239 €	870 388 €

Outros Indicadores	2020	2021	2022
EBITDA	913 045 €	734 239 €	870 388 €
EBITDA/vendas	27,39%	20,16%	23,14%
Encargos financeiros/vendas	-0,19%	-0,02%	0,01%
FSE/Vendas	27,20%	27,48%	31,62%

Estes indicadores refletem a forte estabilidade económica e financeira que foi alcançada pela Misericórdia.

POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

A atividade da Misericórdia está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Mesa Administrativa tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Misericórdia. As políticas e sistema de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do setor social.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas de financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com a Misericórdia no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente dos clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito da Misericórdia, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. A exposição da Misericórdia ao risco de crédito é reduzida pois prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional.

RISCO DE MERCADO

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os rendimentos da Misericórdia. No entanto, no caso da Misericórdia este risco encontra-se minorado pois esta funciona com base em protocolos firmado com a Instituto da Segurança Social e Administração Regional de Saúde do Centro.

4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A Misericórdia tem regularizadas todas as suas obrigações para com a Administração Fiscal, Centro Regional de Segurança Social e todas as outras entidades públicas.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a todos os parceiros e colaboradores a cooperação e a confiança que revelaram ao longo deste exercício.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Desta forma propõe a aplicação do Resultado Líquido positivo de 397.622,79 € para Resultados Transitados.

Idanha-a-Nova, 23 de março de 2023

A Mesa Administrativa

2023
António Sousa Leão
João Pedro Gelhofni Duarte
João Paulo de Jesus Marques
f. A. 1

SCM Idanha-a-Nova

Balço em 31 de dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo			
Ativo Não Corrente:			
Ativos Fixos Tangíveis	5	8.864.070,77	9.077.690,06
Bens do Património Histórico e Cultural	5	7.978,57	7.978,57
Ativos Intangíveis	6	72.600,00	74.435,00
Investimentos Financeiros	12.1	995.693,55	1.019.483,92
Outros créditos e ativos não correntes	12.1	1.155.512,35	592.988,01
Total Ativo Não Corrente:		11.095.855,24	10.772.575,56
Ativo Corrente:			
Inventários	8	30.297,65	26.119,70
Créditos e receber	12.2	654.081,90	1.024.626,78
Estado e Outros Entes Públicos	12.8	5.634,87	17.239,40
Diferimentos	12.4	49.819,86	45.149,89
Outros Activos Correntes	12.3	247.126,75	19.368,92
Caixa e Depósitos Bancários	12.5	3.750.189,46	3.466.657,04
Total Ativo Corrente:		4.737.150,49	4.599.161,73
Total do Ativo:		15.833.005,73	15.371.737,29
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos	12.6	760.047,25	760.047,25
Resultados Transitados	12.6	11.917.400,36	11.435.066,85
Ajustamentos em Activos Financeiros	12.6	-44.498,02	-33.036,57
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	1.383.856,89	1.959.531,56
Sub-Total:		14.016.806,48	14.121.609,09
Resultado Líquido do Período		397.622,79	535.212,17
Total dos fundos patrimoniais:		14.414.429,27	14.656.821,26
Passivo:			
Passivo Não Corrente:			
Provisões Específicas		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	7	608.745,40	10.374,56
Total Passivo Não Corrente:		608.745,40	10.374,56
Passivo Corrente:			
Fornecedores	12.7	97.099,60	147.473,60
Estado e Outros Entes Públicos	12.8	104.203,23	71.352,48
Financiamentos Obtidos	7	10.374,56	10.374,56
Diferimentos	12.4	91.007,51	0,00
Outros passivos correntes	12.9	507.146,16	475.340,83
Total Passivo Corrente:		809.831,06	704.541,47
Total do Passivo		1.418.576,46	714.916,03
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		15.833.005,73	15.371.737,29

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Miguel Guimarães da Silva

A MESA ADMINISTRATIVA

Luís Miguel Guimarães da Silva
João Pedro Coelho Fernandes
Vitor Maria de Jesus Martins

SCM Idanha-a-Nova
Demonstração de Resultados
31 de dezembro de 2022

Pág. 1

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	3.762.156,74	3.642.479,98
Subsídios, doações e legados à exploração	12.10	1.462.931,26	1.403.855,58
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12.13	-20.324,81	-8.479,71
Trabalhos para a própria entidade	9	3.387,54	7.466,55
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-414.005,69	-364.663,35
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-1.189.503,41	-1.000.809,14
Gastos com o pessoal	10	-3.002.678,64	-2.935.231,39
Outros rendimentos	12.12	175.798,30	181.406,53
Outros gastos	12.13	-35.789,07	-55.636,74
<u>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:</u>		741.972,22	870.388,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-344.110,19	-335.733,98
<u>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):</u>		397.862,03	534.654,33
Juros e rendimentos similares obtidos	12.4	12,59	1.193,47
Juros e gastos similares suportados	12.4	-251,83	-635,63
<u>Resultado antes de imposto:</u>		397.622,79	535.212,17
<u>Resultado líquido do período:</u>		397.622,79	535.212,17

O Contabilista Certificado

Fungo Miguel eu irmão da Santa

A Mesa Administrativa

*2-9-2022
 Helena Sara Sob*

*João Pedro Coelho Fernandes
 VÍTOR MANUEL DE JESUS MACHADO
 J - Almeida*

SCM Idanha-a-Nova

Demonstração dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		4.187.922,54	3.187.386,74
Pagamentos de subsídios		1.484.857,00	1.341.982,53
Pagamento a fornecedores		(1.881.754,22)	(1.316.171,05)
Pagamentos ao pessoal		(3.023.423,70)	(2.554.557,88)
Caixa gerada pelas operações		767.601,62	658.640,34
Outros recebimentos/pagamentos		9.431,71	134.969,65
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		777.033,33	793.609,99
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(40.504,34)	(128.646,26)
Investimentos financeiros		(460.032,77)	(714.772,71)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		150,00	
Outros Ativos			68.546,67
Subsídios ao investimento		17.500,00	
Juros e rendimentos similares		12,59	1.193,47
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(482.874,52)	(773.678,83)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(10.626,39)	(11.010,19)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		283.532,42	8.920,97
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.5	3.466.657,04	3.457.736,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	3.750.189,46	3.466.657,04

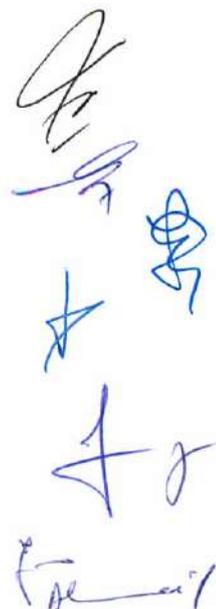
O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Miguel Cufreiros da Silva

A MESA ADMINISTRATIVA

Luís Miguel Cufreiros da Silva

Luís Miguel Cufreiros da Silva
Luís Miguel Cufreiros da Silva
Luís Miguel Cufreiros da Silva

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, cursive characters, located in the top right corner of the page.

**Santa Casa da Misericórdia de
Idanha-a-Nova**

**ANEXO AO BALANÇO E A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
ANO 2022**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	16
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	17
6	Ativos Intangíveis	18
7	Custos de Empréstimos Obtidos	19
8	Inventários	19
9	Rédito	20
10	Benefícios dos empregados	20
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
12	Outras Informações	21
12.1	Investimentos Financeiros	21
12.2	Clientes e Utentes	22
12.3	Outras contas a receber.....	22
12.4	Diferimentos	22
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	23
12.6	Fundos Patrimoniais.....	23
12.7	Fornecedores	23
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	23
12.9	Outras Contas a Pagar.....	24
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	24
12.11	Fornecimentos e serviços externos	24
12.12	Outros rendimentos.....	25
12.13	Outros gastos	25
12.14	Resultados Financeiros	25
12.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	26

1 Identificação da Entidade

A "Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social inscrita na Direção Geral de Segurança Social sob o nº 45 fls. 132 e 132 verso, com sede na Rua Dr. Aprígio Melo Leão de Meireles, s/n – 6060-101 Idanha-a-Nova.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio à Terceira Idade, Infância e Juventude
- Saúde
- Resolução de problemas habitacionais
- Atividades Turísticas
- Atividades Agrícolas

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5 anos
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	25 a 50 anos
Equipamento básico	6 a 12 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	6 a 12 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 a 12 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na

rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

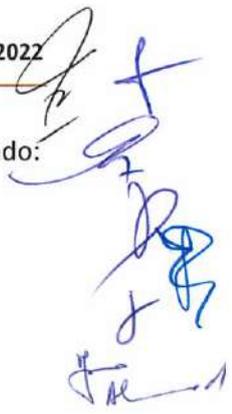
3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

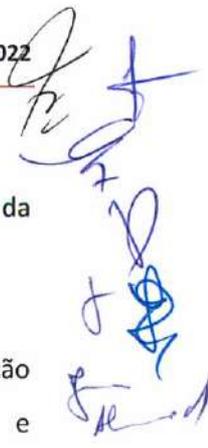
E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.



De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao Diretor-Geral dos Impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	0,00			7.978,57		7.978,57
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 978,57

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	7.978,57					7.978,57
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	7 978,57	0,00	0,00	0,00	0,00	7 978,57

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	155.319,79	0,00	0,00	81.800,00	0,00	237.119,79
Edifícios e outras construções	11.213.736,91	100.908,35	0,00	-34.916,67	0,00	11.279.728,59
Equipamento básico	2.030.182,86	14.395,84	0,00	-2.399,74	0,00	2.042.178,96
Equipamento de transporte	215.560,46	0,00	0,00	0,00	0,00	215.560,46
Equipamento administrativo	82.228,59	1.505,00	0,00	-611,70	0,00	83.121,89
Outros Ativos fixos tangíveis	117.307,31	0,00	0,00	-128,70	0,00	117.178,61
Ativos tangíveis em curso	0,00	5.103,88	0,00	0,00	0,00	5.103,88
Total	13.814.335,92	121.913,07	0,00	43.743,19	0,00	13.979.992,18

Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	411,20	59,20	0,00	0,00	0,00	470,40
Edifícios e outras construções	2.212.121,11	273.442,51	0,00	194.616,13	0,00	2.680.179,75
Equipamento básico	1.766.157,29	48.180,88	0,00	-57.927,84	0,00	1.756.410,33
Equipamento de transporte	181.859,50	8.612,74	0,00	-750,00	0,00	189.722,24
Equipamento administrativo	112.971,99	2.469,82	0,00	51.261,25	0,00	166.703,06
Outros Ativos fixos tangíveis	109.229,49	733,83	0,00	-1.146,98	0,00	108.816,34
Total	4.382.750,58	333.498,98	0,00	186.052,56	0,00	4.902.302,12
Valor líquido	9.431.585,34					9.077.690,06

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	237.119,79	0,00	0,00	0,00	0,00	237.119,79
Edifícios e outras construções	11.279.728,59	91.055,95	0,00	0,00	0,00	11.370.784,54
Equipamento básico	2.042.178,96	6.039,52	0,00	0,00	0,00	2.048.218,48
Equipamento de transporte	215.560,46	29.110,27	-737,71	0,00	0,00	243.933,02
Equipamento administrativo	83.121,89	0,00	0,00	0,00	0,00	83.121,89
Outros Ativos fixos tangíveis	117.178,61	0,00	0,00	0,00	0,00	117.178,61
Ativos tangíveis em curso	5.103,88	2.450,16	0,00	0,00	0,00	7.554,04
Total	13.979.992,18	128.655,90	-737,21	0,00	0,00	14.107.910,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	470,40	59,20				529,60
Edifícios e outras construções	2.680.179,75	281.544,84				2.961.724,59
Equipamento básico	1.756.410,33	42.145,91				1.798.556,24
Equipamento de transporte	189.722,24	15.890,31	-737,71			204.874,84
Equipamento administrativo	166.703,06	1.901,10				168.604,16
Outros Ativos fixos tangíveis	108.816,34	733,83				109.550,17
Total	4.902.302,12	342.275,19	-737,71	0,00	0,00	5.243.839,60
Valor líquido	9.077.690,06					8.864.070,77

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	646.366,43	0,00	0,00	-169.670,60	0,00	476.695,83
Total	646.366,43	0,00	0,00	-169.670,60	0,00	476.695,83
Depreciações acumuladas						

Projetos de Desenvolvimento	449.471,43	2.235,00	0,00	-49.445,60	0,00	402.260,83
Total	449.471,43	2.235,00	0,00	-49.445,60	0,00	402.260,83
Valor líquido	196.895,00					74.435,00

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	476.695,83					476.695,83
Total	476.695,83	0,00	0,00	0,00	0,00	476.695,83
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	402.260,83	1.835,00				404.095,83
Total	402.260,83	1.835,00	0,00	0,00	0,00	404.095,83
Valor líquido	74.435,00					72.600,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	10.374,56	608.745,40	619.119,96	10.374,46	10.374,66	20.749,12
Total	10.374,56	608.745,40	619.119,96	10.374,46	10.374,66	20.749,12

Em 2022, o apoio recebido em anos anteriores no âmbito do projeto "Jessica" e anteriormente contabilizado como um subsídio ao investimento, foi considerado reembolsável e por isso reclassificado para a rubrica de empréstimos obtidos. O prazo de reembolso será superior a 12 meses e por isso apresentado como uma dívida não corrente.

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	42.523,53	346.836,51	-576,99	26.119,70	418.183,44	0,00	30.297,65	
Total	42.523,53	346.836,51	-576,99	26.119,70	418.183,44	0,00	30.297,65	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				364.663,35			414.005,69	

9 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	679,52	710,85
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 555 386,83	1 467 932,30
Quotas e joias	175,00	90,00
Unidade Convalescença, Média e Longa Duração	2.205.915,39	2.173.746,83
Trabalhos para própria entidade	3.387,54	7.466,55
Total	3.765.544,28	3.649.946,53

Referente às rubricas “Unidade Convalescença”, “Unidade Média Duração” e “Unidade Longa Duração”, os seus valores correspondem à faturação emitida aos utentes de média e longa duração, e às faturas emitidas à Administração Regional de Saúde do Centro, pelos cuidados prestados nas diferentes tipologias de cuidados continuados.

Os trabalhos para a própria entidade correspondem aos produtos que são produzidos na exploração agropecuária e consumidos pela Instituição.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente “7” e “7”.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de “209” e em 31/12/2021 foi de “204”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	2 429 007,09	2 345 847,53
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	357,20	5 320,00
Encargos sobre as Remunerações	530 743,66	535 281,76
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	36 255,11	10 214,33
Outros Gastos com o Pessoal	6 315,58	38 567,77
Total	3 002 678,64	2 935 231,39

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2021 e 2022, foram de 6.000,00 € e 8.241,00 € em cada um dos períodos.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	994.693,55	1.018.483,92
Método de Equivalência Patrimonial	994.693,55	1.018.483,92
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	1 000,00	1.000,00
Outros investimentos financeiros	1.155.512,35	592.988,01
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2.151.205,90	1.612.471,93

A entidade efetuou empréstimos às suas sociedades participadas (sociedade Cabeço Monteiro e sociedade Valperovilheiro). Deste modo, o valor global dos investimentos nas sociedades participadas é:

I. Sociedade Cabeço Monteiro:

Participação Financeira:	5.000€
Prestações Suplementares:	1.000.000€
Suprimentos:	1.105.324€
Efeito Método Equivalência Patrimonial:	- 73.157€
TOTAL	2.037.168€

II. Sociedade Valperovilheiro

Participação Financeira:	5.000€
Prestações Suplementares:	50.000€
Suprimentos:	7.116€
Efeito Método Equivalência Patrimonial:	7.850€
TOTAL	69.966€

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	575.931,39	974.009,27
Utentes	78.150,51	50.617,51
Total	654.081,90	1.024.626,78

12.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	18.734,74	5.487,76
Devedores por acréscimos de rendimentos	182.146,26	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	46.245,75	13.881,16
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	247 126,75	19.368,92

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
	49.819,86	45.149,89
Total	49 819,86	45.149,89
Rendimentos a Reconhecer		
	91.007,51	0,00
Total	91 007,51	0,00

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	665,90	877,66
Depósitos à ordem	3.494.201,39	2 212 970,41
Depósitos a prazo	255.322,17	1 252 808,97
Total	3 750 189,46	3 466 657,04

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	760.047,25	0,00	0,00	760 047,25
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	11.435.066,85	547.078,62	64.745,11	11.917 400,36
Excedentes de revalorização	-33.036,57	3.870,56	15.332,01	-44.498,02
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.959.531,56	78.374,55	654.049,22	1.383.856,89
Total	14 121 609,09	482 333,51	-604 636,12	14.016.806,48

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	97.099,60	147.473,60
Total	97 099,60	147 473,60

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 634,87	17 239,40
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5 634,87	17 239,40
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,30
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	13.486,47	16.225,29
Segurança Social	78 465,88	55 126,89
Outros Impostos e Taxas	12 250,88	0,00
Total	104 203,23	71.352,48

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	961,83	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	492.145,01	0,00	466.380,73
Outros credores	0,00	14.039,32	0,00	8.960,10
Total	0,00	507.146,16	0,00	475.340,83

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.424.552,92	1.277.308,51
Subsídios de outras entidades	38.378,34	126.192,26
Doações e heranças	0,00	354,81
Total	1 462 931,26	1 403 855,58

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	359.922,59	382.258,92
Materiais	63.979,51	37.233,85
Energia e fluidos	418.815,94	247.077,64
Deslocações, estadas e transportes	9.636,77	589,20
Serviços diversos	337.148,60	194.290,15
Vestuário e calçado de utentes	0,00	22.871,52
Encargos de saúde com utentes	0,00	116.487,86
Total	1.189.503,41	1.000.809,14

12.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	8.415,00	8.415,02
Descontos de pronto pagamento obtidos	397,17	1.281,94
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	82.815,36	87.280,00
Outros rendimentos	84.170,77	84.429,57
Total	175 798,30	181 406,53

12.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	11 553,49	19 914,56
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,50	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	20 324,81	8 479,71
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	24 235,08	35 722,18
Total	56 113,88	64 116,45

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	251,83	635,63
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	251,83	635,63
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	12,59	1 193,47
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	12,59	1 193,47
Resultados Financeiros	-239,24	557,84

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela

Idanha-a-Nova, 23 de março de 2022

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

2022 - março

António Sáez Leão

→

José Pedro Coelho Fidalgo

VITOR MANUEL BEJEJUS ASSONHELOS

→

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa de Misericórdia de Idanha à Nova (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 15.833.006 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.414.429 euros, incluindo um resultado líquido de 397.623 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Santa Casa de Misericórdia de Idanha à Nova em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A minha responsabilidade nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.



RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa



razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluí sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

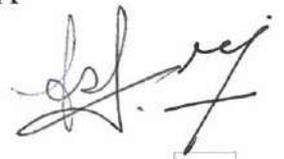
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Covilhã, 30 de março de 2023

O Revisor Oficial de Contas

Pedro Miguel Januário Costa, ROC n.º 1622, CMVM n.º 20161232



Folha 49

ACTAS

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 30 DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2023=



Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, na sala de Sessões da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, reuniram-se em Assembleia Geral os Irmãos da mesma Santa Casa, pelas dezoito horas, em segunda Convocatória, que tem a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e aprovação do Processo de Contas e parecer do Conselho Fiscal referente ao ano de 2022. -----

2. Outros assuntos de interesse para a Instituição. -----

---A Mesa da Assembleia foi constituída pelo Sr. Pe Adelino Américo Lourenço, Sr^a D. Maria Fernanda Simões Soares e pelo Sr. João José Pereira Tapadas, respetivamente Presidente, Vice-Presidente e Secretário, da Mesa da Assembleia Geral.-----

---Conforme ponto um da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa deu por aberta a reunião, cumprimentando os Irmãos presentes e de seguida deu a palavra ao Senhor Provedor que apresentou o Processo de Contas referentes ao ano de dois mil e vinte e dois, onde se verifica que a receita importa em 5.404.286,43 € (cinco milhões quatrocentos e quatro mil duzentos e oitenta e seis euros e quarenta e três cêntimos) e a despesa 5.006.663,64 € (cinco milhões e seis mil e seiscentos e sessenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos), apresentando um Resultado Líquido Positivo de 397.662,79 € (trezentos e noventa e sete mil seiscentos e sessenta e dois euros e setenta e nove cêntimos).-----

---O Senhor Provedor explicou as receitas das diversas rubricas, destacando as mais significativas como a 72 - Prestação de Serviços e a 75- Subsídios à Exploração, fazendo de igual para os custos, salientando a 61211 - Produtos Alimentares, a 62 - Fornecimentos e Serviços Externos, e a 63 - Gastos com Pessoal.-----

---A Mesa Administrativa propôs à Assembleia Geral que o Resultado Líquido Positivo que se verificou no exercício de 397.662,79 € (trezentos e noventa e sete mil seiscentos e sessenta e dois euros e setenta e nove cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados. -----

---De seguida foi lida a Acta do Conselho Fiscal realizada em 30 de março de 2023, onde dá o parecer favorável à aprovação do Processo de Contas de dois mil e vinte e dois. -----

---Depois dos presentes terem ficado devidamente elucidados sobre os valores apresentados e o

ACTAS

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 30 DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2023=

movimento da Instituição, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação o Processo de Contas de dois mil e vinte e dois, sendo aprovado por unanimidade. ----

---No ponto dois o Senhor Provedor informou que todos os estabelecimentos da Misericórdia se encontram devidamente a funcionar. -----

CONCLUSÃO DA ATA

E não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Adelino Américo Lourenço

A Vice-Presidente

Luís Fernando Simões Sousa

O Secretário

João José Pereira Tapada



1
17

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA

- CONSELHO FISCAL -

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 30 DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2023=

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, sita na Rua Dr. Aprígio Melo Leão de Meireles, com a presença do Vice-Presidente Sr. Jerónimo Bruno Raposo e do Secretário Sr. Manuel Rijo dos Santos. -----

ABERTURA DE REUNIÃO

- E sendo dezasseis horas o Excelentíssimo Vice-Presidente deu por aberta a reunião, com a seguinte: -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise do Processo de Contas referentes ao ano de 2022. -----

O Conselho Fiscal apresenta nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 31º do Compromisso o seu Relatório e dá parecer sobre a Prestação de Contas que constam do Relatório de Gestão, do Balanço, Demonstração de Resultados e Mapa de Fluxos de Caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos seguintes: ---

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Instituição através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Mesa Administrativa quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisou a adequação dos critérios valorimétricos adotados. -----

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório da Mesa Administrativa, o qual traduz a atividade desenvolvida e a situação da Instituição. -----

O Conselho Fiscal apreciou igualmente a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas Pedro Miguel Januário Costa, decorrente do exame por si



7
12/8

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA

- CONSELHO FISCAL -

= ACTA DA REUNIÃO DO DIA 30 DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2023=

realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerado como fazendo parte integrante deste Parecer. -----

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que: -----

O Relatório de Gestão apresentado pela Mesa Administrativa deve ser aprovado; -----

As Contas apresentadas pela Mesa Administrativa devem ser aprovadas; -----

A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Mesa Administrativa deve ser aprovada. -----

CONCLUSÃO DA ACTA

E nada mais havendo a tratar, se encerrou a sessão da qual foi lavrada da presente acta que vai ser devidamente assinada. -----

O Vice-Presidente

O Secretário